



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

AS PARTICULARIDADES DA INTERIORIZAÇÃO/EXPANSÃO DA UPE NOS ANOS 2000 E SUA EXPRESSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA.

Nascimento, Clara Martins.

asclara88@gmail.com

Universidade de Pernambuco

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Este trabalho expõe os primeiros resultados de uma pesquisa teórica, de caráter documental, vigente no período de 2015 à 2018, como requisito à obtenção do Regime de Dedicação Exclusiva no corpo docente da Universidade de Pernambuco/UPE. Analisa o processo de expansão/interiorização da UPE, forjado na contrarreforma da educação superior brasileira dos anos 2000, buscando particularizar as suas implicações para o redimensionamento político-pedagógico desta instituição. Como premissas teóricas, identifica os determinantes da contrarreforma universitária, dimensionando quantitativamente e qualitativamente a interiorização da UPE. Ademais, problematiza as principais transformações político-pedagógicas vivenciadas nesta Universidade condicionadas pelos novos projetos de desenvolvimento do Estado brasileiro. Como resultado, ressalta: 1) A articulação entre o formato e o conteúdo do processo de interiorização da UPE e as tendências engendradas pela contrarreforma universitária do Governo Lula, com destaque para: a) A mercantilização do ensino superior – expressa, na realidade da UPE, no aumento da oferta de cursos de pós-graduação pagos, assim como, no retorno de propostas de pagamento de mensalidades pelos discentes; b). A ampliação do Ensino à Distância/EAD. Neste aspecto, houve, por exemplo, o fomento a implantação do ensino semipresencial e o fortalecimento das ações do Núcleo de Ensino à Distância/NEAD; c). A expansão das vagas nas universidades públicas – na UPE, houve a criação de 19 novos cursos no intervalo de 2007 a 2014 (3.470 vagas ofertadas por ano). E, sobretudo, 2) os nexos entre a direção hegemônica dos processos de interiorização dos *campi* e o projeto de desenvolvimento econômico assumido pelo governo do estado, de viés *neodesenvolvimentista* – com destaque para o Plano de Aceleração do Crescimento/PAC que apresentou a educação superior como prioridade. Aqui, compreende-se a dimensão político-pedagógica como o resultado das concepções de ensino, pesquisa e extensão que norteiam a instituição. A interiorização apresenta-se como uma das principais políticas da UPE – o que justifica a sua atual presença em três diferentes macrorregiões de Pernambuco, dispondo de 11 *campi*. Contudo, as contradições que perpassam sua expansão/interiorização desafiam a investigação dos seus fundamentos na direção da efetivação de um projeto de Universidade pública e socialmente referenciada. A pesquisa exploratória realizada,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

assim como o levantamento empírico da dinâmica institucional permite-nos afirmar que a UPE vivencia uma nova fase ao ser desafiada a desenvolver estratégias para resolver os dilemas de sua expansão. Sendo os principais: a existência de cursos isolados, “sem campi”, ou com estruturas deficitárias (e, com isso, a precarização do ensino), a insuficiência de recursos de fomento à pesquisa e a extensão, a avaliação crítica da implementação do ensino EAD e a consolidação de uma política efetiva de assistência estudantil.

Palavras-chaves: Universidade, interiorização, contrarreforma universitária.

ABSTRACT

This paper presents the first results of a theoretical research, of a documentary nature, valid in the period from 2015 to 2018, as a requirement to obtain the Exclusive Dedication Regime in the faculty of the University of Pernambuco / UPE. It analyzes the expansion / internalization process of the UPE, forged in the counterreformation of Brazilian higher education of the 2000s, seeking to particularize its implications for the political-pedagogical re-dimensioning of this institution. As theoretical premises, it identifies the determinants of the university counter-reform, dimensioning quantitatively and qualitatively the interiorization of the UPE. In addition, it problematizes the main political-pedagogical transformations experienced in this University conditioned by the new projects of development of the Brazilian State. As a result, it is worth mentioning: 1) The articulation between the format and the content of the internalization process of the UPE and the trends generated by the university counter-reform of the Lula Government, with emphasis on: a) The commercialization of higher education - , in the increase of the offer of postgraduate courses paid, as well as in the return of proposals of payment of monthly fees by the students; B). The extension of distance education / EAD. In this regard, there was, for example, the promotion of the implementation of blended education and the strengthening of the actions of the Distance Learning Center / NEAD; w). The expansion of vacancies in public universities - in UPE, there were 19 new courses created in the period from 2007 to 2014 (3,470 vacancies offered per year). And above all, 2) the nexus between the hegemonic direction of the internalization processes of the campuses and the project of economic development assumed by the state government, with a neodevelopmentalist



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

bias - with emphasis on the Growth Acceleration Plan / PAC that presented higher education as a priority. Here, the political-pedagogical dimension is understood as the result of the conceptions of teaching, research and extension that guide the institution. Internalization is one of the main policies of the UPE - which justifies its current presence in three different macro-regions of Pernambuco, with 11 campuses. However, the contradictions that permeate its expansion / internalization challenge the investigation of its foundations in the direction of the realization of a public and socially referenced university project. The exploratory research carried out, as well as the empirical survey of the institutional dynamics allows us to affirm that the UPE experiences a new phase when it is challenged to develop strategies to solve the dilemmas of its expansion. The main ones are: the existence of isolated courses, "without campuses", or with deficient structures (and, therefore, the precariousness of teaching), insufficient resources for research promotion and extension, critical evaluation of teaching implementation EAD and the consolidation of an effective student assistance policy.

Keywords

University, internalization, university counter-reform.

I. Introdução

Este trabalho expõe os resultados parciais da pesquisa intitulada *As particularidades da interiorização/expansão da UPE nos anos 2000 e sua expressão político-pedagógica a ser submetida à Pró-reitoria de Pesquisa/PROPEGE*, para o período de 2015 à 2018, como requisito à obtenção de Regime de Dedicação Exclusiva no corpo docente da Universidade de Pernambuco/UPE. Preocupa-se em apreender as particularidades do processo de expansão/interiorização da UPE, forjado na contrarreforma da educação superior dos anos 2000, considerando suas implicações para o redimensionamento político-pedagógico da Instituição. Com este intuito, visa: 1) identificar os determinantes econômicos e políticos do processo de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

contrarreforma universitária dos anos 2000 condicionando-os ao processo interiorização/expansão da UPE; 2) Dimensionar o processo de expansão/interiorização da UPE, no que diz respeito aos novos cursos criados e aos territórios do estado contemplados com a presença da instituição; 3) estudar as transformações político-pedagógicas da UPE determinadas pelos novos projetos/processos de desenvolvimento econômico do Estado.

Problematiza a intensificação do processo de interiorização da UPE nos anos 2000, assumindo alguns pressupostos: 1) este processo responde a tendências nacionais no âmbito da reestruturação do ensino superior no Brasil (situada no bojo da contrarreforma universitária dos anos 2000); 2) a sua estruturação assume particularidades uma vez que é perpassado por elementos de formação social do estado de Pernambuco (a histórica estruturação do ensino superior, questões políticas de demarcação dos arranjos produtivos locais, relação do poder político com a sociedade civil, projeto de desenvolvimento defendido etc); 3) existe uma articulação a expansão/interiorização da UPE e as metas de desenvolvimento do estado; 4) As alterações forjadas da interiorização interferem na dimensão político-pedagógica da instituição. Neste sentido, num primeiro momento, o esforço analítico desenvolvido foi o de investigar os determinantes sociais, econômicos e políticos que interferem na produção deste processo, na realidade específica da UPE.

A problemática da interiorização está evidenciada no Jornal semestral da Universidade de Pernambuco, *o UPE notícias*, veiculado no ano de 2008, trouxe como matéria de capa: “a UPE intensifica processo de interiorização” (UPE, 2008)¹. O conteúdo da notícia tratou da emenda da bancada de Pernambuco que contemplou a Universidade com o valor de R\$ 16,2 milhões com recursos para fomentar um projeto de “*Fortalecimento da Interiorização da UPE*”.

Para além desta notícia significar um avanço na concessão de recursos direcionados a criação de novos campi e reestruturação daqueles já existentes, contribuindo, portanto, para a ampliação do ensino superior do estado, ela também simboliza uma nova fase de interiorização/expansão da universidade. Esta fase é demarcada pela articulação dos esforços de expansão da UPE com as metas de desenvolvimento propostas pelo governo estadual (que, por sua

¹ Disponível no Jornal semestral da UPE, *UPE notícias*, veiculado de Julho a dezembro de 2008.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

vez, respondem a tendências nacionais). Neste contexto, novas atribuições são delegadas a instituição, fazendo com que a mesma assuma funções específicas na efetivação de determinado projeto de desenvolvimento e, portanto, implementação de um projeto educacional compatível com o mesmo.

A atuação da UPE enquanto importante polo de formação de profissionais de saúde e professores para atender a expansão dos Institutos Federais de Educação Superior que ocorre a nível federal, por exemplo, é uma das evidências do papel que a instituição deve assumir nos atuais projetos de desenvolvimento do estado. Neste contexto, os discursos oficiais enfatizam a contribuição desta instituição à qualificação da população do interior (sendo esta uma das principais metas do estado).

A interiorização perpassa a história desta Universidade, sendo possível reiterar a concepção, difundida entre a comunidade acadêmica, de que a “UPE já nasceu interiorizada”. Contudo, partimos do pressuposto de que mesmo que a interiorização tenha sido ação permanente na história da UPE, não podemos desconsiderar a sua ampliação nos últimos anos – especificamente no âmbito da sua incorporação enquanto projeto estratégico de desenvolvimento do estado demarcado pela emenda parlamentar de 2008 – o que responde a tendência nacional de expansão do ensino superior pública via interiorização dos cursos.

II. Marco teórico

Nosso ponto de partida para analisar o processo de interiorização/expansão da educação superior pública, nos anos 2000, são as transformações na dinâmica da acumulação do capital que ocorreram na segunda metade do século XX. No âmbito da produção, estas transformações implicaram na passagem de um modelo de produção rígido, fordista, para um modelo de “acumulação flexível” (Harvey, 1993) como consequência do esgotamento a “onda longa expansiva” (Mandel, 1985) (os “anos de ouro” que sustentaram um Estado de bem-estar social vivenciado nos países capitalistas centrais). Este período é marcado por redefinições da intervenção do Estado sobre a questão social – sob hegemonia do receituário neoliberal – tendo em vista sua



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

função em garantir a reprodução das relações sociais capitalistas, ou seja, das relações reificadas entre as classes sociais (Acanda, 2006; Corazza, 1987)².

Estas medidas foram ganhando materialidade no processo de “contra-reforma do Estado” (Behring, 2003) que garantiu uma série de mudanças estruturais de caráter antinacional e antidemocráticas, inclusive no que tange os chamados “serviços não exclusivos do Estado”, dentre os quais está situada a Universidade. Sob o argumento da crise fiscal da Universidade e a necessidade de “publicização” (descentralização destes serviços para um “setor público não-estatal”) intensificaram-se as propostas de “empresariamento” da educação superior (Silva jr & Sguissardi, 2001), em consonância com as determinações dos organismos multilaterais que utilizam-se da aura progressista da palavra a ideia de “reforma” para conduzir as reformulações da educação superior nos países periféricos.

Através desses processos, que assumem a natureza de uma “anti-reforma” (Fernandes, 1975), o governo FHC levou a cabo uma série de medidas cuja ofensiva atingia diretamente a autonomia, a avaliação e o financiamento da Universidade, garantindo a sua privatização interna e facilitando a expansão das instituições privadas. Nestes termos, tivemos as tentativas de transformação das Universidades em “Organizações sociais” (OS’s), a regulamentação das fundações privadas, a diversificação institucional e das fontes de financiamento³.

O caráter regressivo das medidas “anti-reformistas” – implementadas desde o governo Collor de Melo (1990-1992), aceleradas no governo Cardoso (1995-2002), intensificada governo Lula (2003-2010) – em relação à consolidação de um projeto de reforma universitária que vinha sendo fortalecido pelo movimento estudantil e setores críticos da Universidade da década de 1960, nos permite caracterizar este processo como uma “contrarreforma universitária”. Este processo, levado a cabo pelas classes dominantes no Brasil, conduz mudanças que conservam continuidades e empreendem novidades à reformulação universitária feita no regime militar-burguês (Lima, 2005). A “anti-reforma” (Fernandes, 1975) universitária do governo militar tinha em vista adaptação da

² No Brasil, o aprofundamento desta agenda foi realizado nos anos 1990 sob o governo Cardoso (1995-2002), cujos impactos nas políticas sociais se expressaram na orientação dos serviços sociais no sentido da privatização e focalização/seletividade de suas ações.

³ Um panorama das legislações e normas que dão materialidade a estas medidas encontra-se em Silva Jr & Sguissard (2001) e Lima (2005).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Universidade às exigências de modernização da força de trabalho e da divulgação do ideário burguês de sociabilidade, nos marcos do aprofundamento do capital monopolista.

Na sociedade capitalista, sob a hegemonia do capital, as mudanças nas formas de gestão e controle da força de trabalho alteram o perfil do trabalhador necessário para atuar na organização da produção capitalista, o que tem implicações no papel social da educação que, enquanto elaboração social, tem suas finalidades determinadas pela reprodução social como um todo, segundo as forças concretamente existentes na sociedade (Macário, 2005; Maceno, 2011).

Na educação superior, a necessidade histórica de reformas justifica-se pela forma como se constituiu a universidade brasileira diante de sua forte dependência dos modelos das Universidades europeias e americanas e, conseqüentemente, do empobrecimento da importação fragmentada destes modelos que fez com que a Universidade brasileira vivenciasse um processo de “senilização institucional precoce” (Fernandes, 1975), ou seja, a implementação destes modelos “novos” quando transpostos para a realidade brasileira já assumiam um caráter “arcaico”.

O tema da reforma da Universidade foi bandeira de luta de movimentos liberais como os *Pioneiros da escola nova*, e na década de 1960, ganhou proporções de um “movimento de reforma universitária” (Fernandes, 1975). Nas palavras de Florestan Fernandes (1975), a adesão desta bandeira reformista pelo movimento estudantil fez com que a luta pelas mudanças na Universidade brasileira não se restringisse a reorganização formal do ensino superior, mas visasse “[...] construir uma universidade totalmente nova – educacionalmente criadora, intelectualmente crítica e socialmente atuante, aberta ao povo e capaz de exprimir politicamente os seus anseios mais profundos [...]” (p. 60). Além do mais, esteve articulada aos anseios de transformação da própria sociedade brasileira.

A tomada pelo governo da liderança do processo reformista defendido pelos movimentos sociais, professores, jovens e críticos do modelo de “educação dependente” que imperava em um país de “capitalismo dependente” (Fernandes, 1975) implicou no que Fernandes (1975) chamou de “Reforma universitária consentida”. Ou seja, no exercício das funções integradoras do “Estado-educador” (Gramsci, 2007), o governo incorporou a reforma universitária readaptando as dimensões nodais do real projeto reformista crítico aos interesses da burguesia brasileira. Fez isto descartando



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

o conteúdo transformador da “revolução educacional” (Fernandes, 1975) – a luta pela transformação social como horizonte para total consolidação de uma universidade para a classe trabalhadora.

Nos anos 2000, sob a liderança do governo petista, apresentam-se particularidades na condução das contrarreformas educacionais. É importante considerar que no final dos anos 1990 vivenciamos um movimento de readequação da ideologia neoliberal, como respostas aos desastres sociais (aumento do desemprego e da miséria da população) resultantes da implementação de seus principais preceitos para a agenda social – a desregulamentação, privatização e focalização/seletividade. Ao assumir uma face mais “humanizada”, o neoliberalismo passa a incorporar “preocupações” com a questão social, com o intuito, sobretudo, de atenuar as pressões sociais das classes trabalhadoras e redistribuir renda tendo em vista a elevação do consumo desta classe.

Os governos ditos progressistas, como é o caso do ex-governo Lula da Silva (2003-2010), redefinem sua agendas para a intervenção na questão social incorporando o pensamento da “terceira via” (Guiddens, 2007)⁴. Neste ideário, as propostas para o combate das desigualdades sociais concentram-se no estímulo aos programas de transferência de renda, ao empreendedorismo e ao investimento no chamado “capital humano”.

No pensamento social-liberal, de “terceira-via” ou “socialdemocracia moderna” (Giddens, 2007), a educação emerge como mola propulsora do combate às desigualdades de renda e garantia da “equidade social”. A mesma é propalada para as classes subalternas como um bem e uma possibilidade de geração de renda futura, de mobilidade social: um “portfólio de investimento” (Castelo, 2008) tal como qualquer outro bem que gere rendimentos monetários ao seu proprietário. Os social-liberais defendem “[...] um sistema educacional mais eficiente do ponto de vista da melhor formação profissional para o mercado de trabalho, capacitando os trabalhadores para as demandas tecnológicas e organizacionais decorrentes da nova revolução tecnológica [...]” (p. 28).

⁴ Alguns setores do governo Lula incorporaram teses “novo-desenvolvimentistas” formuladas pelos “intelectuais orgânicos” das classes dominantes cujas análises apontam para uma suposta retomada do pensamento nacional-desenvolvimentista das décadas de 1940-1960 sob novas bases. A ideologia “novo-desenvolvimentista” difunde possibilidades de integração entre “crescimento econômico e desenvolvimento social” constituindo-se num verdadeiro “mito”. A crítica a esta ideologia é feita por Mota et al (2010), Castelo (2009, 2010, 2012).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Sob a hegemonia do ideário social-liberal divulgado pelos “intelectuais orgânicos” (Gramsci, 2011) do governo federal no interior do Ministério da Educação e Cultura/ MEC, a nova fase da “reforma universitária consentida” do governo Lula, ainda que tivesse dado continuidade às agendas conservadoras das “reformas” assumiu uma particularidade central: a ênfase no chamado processo de “democratização” da educação. Esta é uma determinação fundamental para apreendermos o processo de expansão/interiorização da educação superior no Brasil.

Dentre os programas do movimento de “democratização” da educação superior intensificado no ex-governo Lula, O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/ REUNI e o ENEM/SISU são aqueles que possuem maior impacto nas ações de expansão da universidade pública. Estes programas mesmo sendo direcionados para as universidades federais, influenciam as reestruturações universitárias a nível estadual, servindo-lhes de referência.

Uma série de críticas vem sendo feitas a estes Programas, que para além de expressarem medidas que respondem à necessidade histórica de garantir o acesso e permanência dos filhos da classe trabalhadora no ensino superior, principalmente quando nos referimos a um país marcado pelo elitismo de suas instituições universitárias, são medidas que estão sendo implementadas desconsiderando o déficit de infraestrutura física e de recursos humanos (sobretudo de corpo docente), o que impede a efetividade destas ações no que tange à permanência dos estudantes na universidade.

III. Metodología

Assumimos como pressuposto teórico-metodológico a apreensão das relações sociais como um “todo orgânico” (Marx, 2011) que interage de forma contraditória e dialética. Deste modo, condicionamos o entendimento das políticas educacionais, com foco na interiorização/expansão do ensino superior público, à apreensão das determinações mais gerais do contexto de crise estrutural do capital e redefinição das ideologias dominantes na disputa de hegemonia. Mais ainda, buscamos compreendê-las na particularidade da realidade brasileira e na especificidade da contrarreforma do Estado que conforma um novo perfil das políticas sociais.

Partimos, ainda, do conhecimento acumulado na nossa trajetória de pesquisa, pela apropriação das análises críticas no âmbito da educação superior (com foco para a reforma



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

universitária brasileira), uma vez que as mesmas estão comprometidas em desvelar os nexos constitutivos destes processos, ou seja, suas determinações histórico-sociais. Aproximamo-nos do tema da interiorização da UPE, enquanto objeto de pesquisa, a partir da apreensão da sua dinâmica particular no estado de Pernambuco.

No primeiro momento, a pesquisa assumiu caráter bibliográfico demandado pelo objeto como forma de compreender a sua inserção na totalidade social. Intensificamos nossas consultas aos autores referenciados na temática da reforma universitária com ênfase nos processos de interiorização da educação superior pública, norteados por questões que problematizam a ampliação do ensino superior público sob o contexto de contrarreforma da educação superior dos anos 2000. Indagamos para tanto, como as determinações sociais deste processo se particularizam na realidade dos estados, especificamente em Pernambuco.

Nosso universo de pesquisa foi constituído dos campi, e seus respectivos cursos, construídos a partir de 2006. Este recorte periódico se dá por compartilharmos da visão de Lima (2005) que aponta a criação do REUNI, em 2006, como sendo responsável por inaugurar uma nova fase de contrarreformas universitárias. É também neste período que houve intensificação dos esforços, por parte do governo de Pernambuco, de ampliação da abrangência da UPE no estado, inclusive situando-a como sendo uma das metas de interiorização do desenvolvimento.

Após pesquisa bibliográfica com a devida apropriação das análises já produzidas pelos intelectuais da educação superior, seguida da coleta de dados (mediante análise documental, subsidiada por contatos institucionais), encontramos-nos, no presente momento, na fase que corresponde ao tratamento teórico-metodológico as informações coletadas, fundamentados na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Tal perspectiva concebe a realidade enquanto totalidade social, considerando as determinações, de primeira ordem, que os fatores econômicos (da própria formação social brasileira e da condição dependente do capitalismo aqui imperante) colocam as questões políticas e sociais que afetam o país. Neste sentido, a crítica às políticas educacionais, e, aqui, aquelas que tratam da interiorização da educação superior pública, revela-se na busca dos nexos destes processos com determinações mais gerais.

IV. Análise e discussão de dados

A partir da apropriação teórico-metodológica acumulada no desenvolvimento desta pesquisa, construímos sínteses fundamentais à apropriação das particularidades da interiorização da UPE enquanto objeto de pesquisa, uma vez que funcionam como chaves analíticas importantes à análise dos determinantes sociais que conformam este processo, sendo as principais: 1) a relação educação e desenvolvimento; 2) a relação modernização e educação superior; 3) a concepção de democratização versus massificação.

No Brasil, o tema da interiorização da universidade pública assumiu novos contornos na agenda da “reforma universitária” posta pelo governo Lula (2003-2010), sendo uma das principais estratégias, de ampliação e expansão do ensino superior público. Na verdade, as orientações “neodesenvolvimentistas” que lograram hegemonia nos governos progressistas fomentaram propostas mais amplas de “interiorização do desenvolvimento” atribuindo a universidade pública a função estratégica de “subsidiar” as ações de desenvolvimento (nos moldes que vem sendo apresentado pelo governo federal) a partir da formação de recursos humanos (“capital humano”) e desenvolvimento de “novas tecnologias”. Neste contexto, a própria educação é apresentada como fator de desenvolvimento.

No âmbito das Universidades federais, estas orientações e diretrizes mais gerais acerca da educação, e sua relação com o desenvolvimento local, estão fundamentadas neste ideário novo-desenvolvimentista que atribuiu novas funcionalidades à educação superior, tratando-a como um bem material. Tais concepções foram materializadas, por exemplo, por programas como o REUNI, uma das principais ações da agenda federal de intervenção no ensino superior público (no sentido da melhor utilização de seus recursos físicos e humanos no que tange, sobretudo, a otimização e criação de novas vagas). Este programa fomentou a criação de novos campi, promoveu a reestruturação curricular, estimulou a mobilidade estudantil garantindo significativa ampliação da oferta do ensino superior público do país.

Tivemos, já no ano de 2006, no rastro da institucionalização do REUNI, de âmbito nacional, a incorporação de propostas de “interiorização do ensino superior” ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste enquanto projeto estratégico para viabilizar a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

“distribuição de ativos sociais”. Na concepção do Plano, a generalização do acesso à educação (enquanto “ativo social”) via interiorização, materializa as diretrizes de desconcentração das condições de vida e do desenvolvimento local.

Tais diretrizes vêm sendo incorporadas aos instrumentos de planejamento do estado de Pernambuco como norteadores das propostas mais amplas de “interiorização do desenvolvimento” e “geração de oportunidades”. Neste aspecto, o destaque recai no Plano de Aceleração do Crescimento/PAC e o Programa de Expansão e Reestruturação da Base Científica, que, por sua vez, prevê o desenvolvimento científico e tecnológico através do investimento em recursos humanos, da produção de pesquisas e da interiorização do ensino superior.

Em se tratando da UPE, o Plano de Desenvolvimento, o PDI, na sua mais recente versão (2014-2018), organiza a sua atuação neste *Projeto de Interiorização do Ensino Superior do Governo do Estado de Pernambuco*, priorizando a melhoria das instalações físicas dos Campi do Interior existentes assim como a criação de novos Campi (como foi o caso da construção de novas instalações físicas para os Campi Garanhuns e Salgueiro, em 2012)⁵.

De acordo com este documento, a interiorização é uma das principais políticas de ensino da instituição, devendo, portanto, ocorrer de maneira permanente e vislumbrando a qualificação da oferta de cursos superiores presenciais e à distância. Como evidência da centralidade da interiorização na UPE, obtivemos conhecimento, da existência de uma Pró-Reitoria de Interiorização, posteriormente extinta. Atualmente, esta expansão da UPE está evidenciada na sua presença em três diferentes macrorregiões do Estado, dispondo de 11 campi (Campus Arcoverde, Campus Benfica, Campus Camaragibe, Campus Caruaru, Campus Garanhuns, Campus Mata Norte, Campus Mata Sul, Campus Petrolina, Campus Salgueiro, Campus Santo Amaro, Campus Serra Talhada).

Nesta direção, a própria UPE vivencia uma nova fase ao ser desafiada a desenvolver estratégias para a manutenção desses cursos isolados “sem campi” ou com estruturas precarizadas (resultantes dos novos fomentos ao processo de interiorização). O levantamento empírico da

⁵ Informações disponíveis no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014/2018. Versão encaminhada ao Conselho Universitário. Dezembro/2013.



dinâmica institucional já aponta para algumas destas estratégias, sendo estas: 1) a utilização das estruturas, já deficitárias, dos espaços das autarquias municipais para sediarem os novos cursos; 2) esquema de subordinação destes campi àqueles já estruturados.

Em suma, ainda que o discurso institucional concentre-se na ênfase à contribuição destes campi (ou ainda, de suas futuras instalações) para o desenvolvimento local e regional, ressaltando a existência de melhorias sociais, econômicas e culturais nos municípios onde há campi da UPE (o que de fato constata-se nos indicadores sociais dos municípios), há que problematizar também as contradições deste processo – estando estas diretamente articuladas à escolhas políticas e disseminação de concepções dominantes quanto a relação educação e desenvolvimento no estado. Este pode ser o caso, por exemplo, das questões políticas que envolvem a problemática da existência de novos cursos isolados no interior do estado que funcionam sem as instalações de um campus.

V. Conclusões

A interiorização apresenta-se como uma das principais políticas da UPE – o que explica a atual presença desta Instituição em três diferentes macrorregiões de Pernambuco, dispondo de 11 *campi*. Tal expansão se expressa, quantitativamente, nos 19 cursos implantados no intervalo entre 2007 e 2014 (04 licenciaturas, 12 bacharelados e 03 tecnológicos). Contudo, as contradições que perpassam este processo desafiam a investigação dos seus fundamentos na direção da efetivação de um projeto de Universidade pública e socialmente referenciada.

O potencial da Universidade no que tange a ampliação do nível de qualificação da população do interior e sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social das regiões é colocado, no âmbito do discurso oficial, como sendo uma das prioridades do governo do estado de Pernambuco. Nesta direção na gestão do ex-governador Eduardo Campos vislumbrou-se a criação de 12 escolas técnicas nas regiões do estado. O papel atribuído a UPE neste processo destacou a sua



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

contribuição enquanto polo de formação de profissionais de saúde do Estado e a formação de professores⁶.

Articulado à uma conjuntura nacional, este impulso ao processo de expansão/interiorização da UPE responde às tendências gestadas no contexto da denominada “contrarreforma universitária”, intensificada nos anos 2000, assumindo particularidades uma vez que é perpassado por elementos de formação social do Brasil – considerando a histórica configuração da educação superior, como “educação da miséria” (Minto, 2014). E, singularmente, no estado de Pernambuco, atravessado também por questões políticas específicas: de demarcação dos arranjos produtivos locais, da relação do poder político com a sociedade civil, dos projetos de desenvolvimento defendido etc.

Nesta direção, a Universidade se interioriza incorporando as novas demandas determinadas pela contrarreforma universitária (de aumento da produtividade docente, de incorporação de novas tecnologias de ensino – inclusive os métodos de Educação à Distância – EaD, de privatização interna), materializando os postulados afirmados pelo *neodesenvolvimentismo* no qual as políticas educacionais são reafirmadas pelo seu suposto potencial de impulsionar o “desenvolvimento” local (Castelo, 2012).

No caso da UPE, esta tendência se expressou nas tentativas de articulação Universidade com o Governo Estadual, a partir de ações como a: reestruturação de campi já existentes e a criação de novos campi e cursos. E, ainda do ponto de vista de seu direcionamento político-pedagógico, na criação de cursos como: administração com ênfase em marketing de moda e os tecnológicos em Logística, cujos projetos pedagógicos reafirmam a articulação dos conteúdos da formação e sua instrumentalidade às demandas da economia local. Nestes casos, o polo de confecções do município de Caruaru e o parque industrial de Suape são importantes evidências.

⁶ Notícia disponível no site <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2007/02/08/426662/upe-participara-da-interiorizacao-do-desenvolvimento.html#> Acesso em agosto de 20016.



I. Bibliografía

- Acanda, J. L. (2006). *Sociedade civil e hegemonia*. Tradução Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Behring, E. (2003). *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez.
- Castelo, R. (2010). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas.
- _____ (2012, dez). O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112.
- Corazza, G. (1987). Estado e relações de produção. *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, Vol. 8, n. 2, p. 21-30.
- Fernandes, F. (1975). *A Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo, Alfa-Omega.
- Gramsci, A. (2007). *Cadernos do cárcere: notas sobre o Estado e a Política*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- _____ (1993). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- Lima, K. R. (2005). *Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso à Luís Inácio Lula da Silva*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, UFF. Niterói.
- Macário, E. (2005). *Trabalho, reprodução social e educação*. Tese de doutoramento – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE.
- Maceno, E. (2011). *Educação e universalização no Capitalismo*. São Paulo: Baraúna.
- Mandel, E. (1985). *O capitalismo tardio*. Apresentação de Paul Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Minto, L. W. (2011). *A Educação da Miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Unicamp, Campinas.

Mota, A. E. (2010). *O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. As ideologias da contrarreforma*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

Sguissard, V. (2009). *Universidade Brasileira no Século XXI*. São Paulo: Cortez.

Silva, J. & Sguissardi, J. R. (2001). *Novas faces da educação superior no Brasil*. 2ª ed. Rev. São Paulo: Cortez.

Marx, K. (2011). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.